

30 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Lula ajuda 'bandidos' que querem 'melar' mensalão, diz Gilmar

Ministro do STF se considera alvo de boatos que, segundo ele, o petista espalha

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse que o ex-presidente Lula está dando vazão a boatos criados para abafar o julgamento do mensalão. Gilmar acusou "gângsteres", "bandidos" e "chantagistas" de tentar "melar" o processo ao disseminar informações segundo as quais ele teria recebido favores do contraventor Carlinhos Cachoeira. As declarações foram dadas um dia depois de Lula se dizer "indignado" com a acusação de Gilmar de que ele o teria pressionado a adiar o julgamento do mensalão. Em entrevista ao repórter Fausto Macedo, o ministro acusou Paulo Lacerda, ex-diretor da Polícia Federal, de divulgar as "fantasias" a seu respeito.

## GILMAR MENDES

MINISTRO DO SUPREMO

"Minha surpresa foi saber que o próprio Lula estava se incumbindo de divulgar essa fantasia de que Cachoeira pagou minhas despesas. Ele está muito mal assessorado"

30 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

**Cachoeira.** Ministro do Supremo afirma que ex-presidente da República, ao pressioná-lo durante encontro, atuava municiado por 'gângsteres' com objetivo de tumultuar julgamento do maior escândalo da gestão petista no Planalto, previsto para ocorrer neste ano

# Gilmar Mendes acusa Lula de ajudar 'bandidos' a 'melar' análise do mensalão

Um dia depois de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva negar em uma nota de apenas 184 palavras ter feito pressão sobre ministros do Supremo Tribunal Federal para adiar o mensalão, o ministro Gilmar Mendes acusou o petista de irradiador da "central de divulgação" de boatos montada para minar o STF e abafar o julgamento dos mensaleiros.

Em 19 minutos de entrevista, Gilmar Mendes afirmou que "gângsteres" e "bandidos" tentam "melar" o julgamento do mensalão. O ministro afirmou que o ex-presidente era a central de divulgação de informações, segundo ele, falsas, de que teria recebido favores do esquema comandado pelo contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

"Chantagistas, bandidos, desrespeitosos", repetiu o ministro, com o tom de voz alterado, durante entrevista ontem à tarde na entrada da sessão de julgamentos da 2.ª Turma do STF. Segundo ele, o objetivo do grupo de "gângsteres" era atrapalhar o julgamento do mensalão por meio da divulgação de informações mentirosas de que a Corte estaria envolvida em corrupção.

O ministro afirmou que os "bandidos" também tentaram fazer isso com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que é o responsável pela acusação contra os réus do mensalão.

Segundo ele, Lula seria a central das informações. "Eu acho que ele está sobreonerado com isso. Quer dizer, estão exigindo dele uma tarefa de Sísifo."

Mendes disse que o STF tem de julgar agora o processo aberto em 2007 contra suspeitos de envolvimento no principal escândalo de corrupção do governo Lula. "Por que eu defendo o julgamento (*em breve*)? Porque nós vamos ficar desmoralizados se não o fizermos. Vão sair dois experientes juízes (*Carlos Ayres Britto e Cezar Peluso terão de se aposentar no segundo semestre*), virão dois novos, contaminados por uma onda de suspicácia. Por isso que o Supremo tem de julgar neste semestre, tem de julgar logo. E por isso essa pressão para que o tribunal não julgue."

**Viagens.** O ministro disse que nunca recebeu favores do esquema de Carlinhos Cachoeira e que tem suas viagens pagas pelo STF ou por ele próprio. Apresentando cópias de bilhetes, extratos de cartões de crédito e até de programas de milhagem, ele afirmou que as despesas da polêmica viagem a Berlim foram pagas pelo STF e por ele próprio. Mendes disse que tem dinheiro para bancar as viagens. "O meu livro *Curso de Direito Constitucional* vendeu de 2007 até agora 80 mil exemplares. Dava para dar algumas voltas ao mundo. Não viajei de jatinho coisa nenhuma."

Mendes disse que viajou duas vezes num avião providenciado pelo senador Demóstenes Torres (ex-DEM, sem partido-GO), em 2010 e 2011. Segundo ele, o avião era de uma empresa de táxi aéreo chamada Voar. Ele afirmou ter viajado para participar de um jantar e de uma formatura. Nas duas ocasiões, o ministro Dias Toffoli também estava no avião, de acordo com Mendes. Em uma das viagens, também estaria Jobim e na outra, a ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Vamos dizer que o Demóstenes me oferecesse uma carona num avião se ele tivesse. Teria algo de anormal?", perguntou Mendes.

Indagado sobre o fato de o ex-ministro Nelson Jobim não ter confirmado a suposta tentativa de Lula de intimidá-lo, respondeu: "Se eu fosse Juruna eu gravava a conversa, né? Ficaria Interessantíssimo. Estou dizendo a vocês o que ocorreu. Posso ter uma interpretação errada, é um relato de uma conversa de quase duas horas. Mas os senhores sabem de uma coisa: eu não tenho a tradição de mentir. Eu posso até interpretar os fatos, mas os senhores não me viram me desmentindo ao longo da minha carreira", declarou.

**Gilmar Mendes**, ministro do STF

## 'Lacerda tinha como missão me destruir'

O ministro Gilmar Mendes diz: "Querem melar o julgamento do mensalão". E aponta para um ex-diretor-geral da Polícia Federal, o delegado Paulo Lacerda. "Dizem que (Lacerda) está assessorando o PT. Eu tive informação, em 2011, que o Lacerda queria me pegar." O ministro suspeita que Lacerda estaria divulgando "informações falsas" para atingi-lo.

### ● O sr. está assustado?

Essas coisas não me intimidam. Você lembra da história do Gilmar de Mello Mendes (*homônimo do ministro, citado em operação da PF*)? A situação é muito similar. Sabe-se que uma notícia é falsa, não obstante divulga-se essa notícia

para criar esse Estado de pânico. A minha surpresa foi quando ouvi isso da boca do presidente Lula. E, depois, ao saber, de jornalistas, que o próprio Lula estava se incumbindo de divulgar essa fantasia de que Carlos Cachoeira pagou minhas despesas. Ele está muito mal assessorado. Dá vazão a informações falsas.

### ● Quem abastece Lula?

Imagino que esse grupo de pretenso investigadores de CPMI e coisas do tipo, estelionatários. Pala-se até que o Paulo Lacerda está assessorando (Lula). O que se noticia é que hoje ele está prestando assessoria ao PT na CPMI. Eu já tinha recebido notícia de que Lacerda

**Paulo Lacerda**, ex-diretor da PF e ex-chefe da Abin

## 'Gilmar está desinformado sobre minha vida'

O delegado aposentado Paulo Lacerda, ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e ex-diretor-geral da Polícia Federal, rebateu ontem as declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Ele disse que o ministro está desinformado e assegurou que não presta nenhuma assessoria ou munícia o PT e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com informações. Lacerda deixou a chefia da Abin em dezembro de 2008, após notícias sobre um suposto grampo que teria gravado conversa entre o então presidente do STF e o senador Demóstenes Torres (GO).

### ● O ministro Gilmar Mendes

disse que teve notícias de que o sr. estaria assessorando o PT e o ex-presidente Lula nesse episódio e tem como missão destruí-lo. O sr. tem mantido esses contatos?

Eu acho que o ministro Gilmar Mendes, se ele falou isso, está totalmente desinformado em relação à minha vida e ao meu trabalho. Eu não tenho nenhuma relação com partido político. Nunca tive e não tenho. E não presto assessoria nenhuma para o Partido dos Trabalhadores. Eu trabalho hoje na iniciativa privada, na área de segurança privada. Não tenho nenhum contato hoje com esse pessoal de investigação. Não tenho mantido contato nenhum sobre esse assunto.

tinha como missão me destruir. Ele fez muito mal a este País, instalando um Estado policial, e é bom que fique distante. Ele não respeitou as regras mínimas do Estado de Direito.

### ● Na conversa com Lula foi citado o nome de Lacerda?

O (*ex-ministro Nelson*) Jobim perguntou ao Lula: "E aí, e o Lacerda?" Lula respondeu: "Está chegando, está voltando de Portugal. Está por aí". Agora a ficha caiu. Que ele tenha boa sorte, mas não venha com bisbilhotagem, nem reinstalar concepções do Estado policialesco.

### ● O sr. teme Paulo Lacerda?

Imagina. Os embates vêm de 2007, quando ele (*Lacerda*) era chefe da PF. A polícia tinha virado poder nas mãos de Lacerda. Não tenho arrependimento de ter enfrentado aquela situação. Desde que isso começou, minha família e eu somos alvo de constantes plantações.

Se o ministro falou isso, lamento que tenha dito, porque está absolutamente desinformado sobre minha vida profissional e pessoal.

### ● O sr. deixou a Polícia Federal?

Fiquei na adidância da Polícia Federal em Lisboa por dois anos e dois meses. Retornei ao Brasil há um ano e três meses. Eu me aposentei, não tenho mais nenhum vínculo com a Polícia Federal. Não trabalho com investigação.

### ● A que o sr. atribui as declarações do ministro?

Ele (*Gilmar*) está absolutamente desinformado, se isso for verdade. Eu não presto assessoria a nenhum partido político e não presto assessoria ao PT. Não teria nada demais se prestasse, mas isso não é verdade. Sei que existe um jogo político aí. Eu não sou político, não faço parte desse tipo de coisa. Lamento que o ministro tenha dito isso.

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Representação contra Lula vai para a 1ª instância

# 30 MAI 2012

● O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, remeteu ontem para a Primeira Instância do Ministério Público a representação movida por partidos de oposição para investigar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado de pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do processo do mensalão. Gurgel nem sequer analisou o mérito do pedido e explicou, pela assessoria, que Lula, por não ser mais presidente, perdeu o foro privilegiado.

A investigação refere-se à suposta pressão exercida pelo ex-presidente sobre o ministro Gilmar Mendes, do STF, durante encontro em abril na residência do ex-ministro Nelson Jobim, noticiado pela revista *Veja* desta semana. Ele teria insistido para adiar o julgamento do mensalão para depois das eleições de outubro deste ano, evitando danos eleitorais ao partido.

Segundo a oposição, Lula, que indicou oito dos atuais ministros da Corte, teria cometido os crimes de corrupção ativa, tráfico de influência e coação. Mendes confirmou que saiu do encontro constrangido com as colocações de Lula, que lhe teria oferecido blindagem na CPI do Cachoeira em troca do adiamento do julgamento. O ex-presidente qualificou a notícia como inverídica e disse, em nota, que a recebia com "sentimento de indignação". Ontem mesmo a Procuradoria da República no DF recebeu a representação remetida por Gurgel.

### ESCALADA DE ACUSAÇÕES

25/5/2012

Gilmar Mendes afirma ter sido pressionado por Lula para adiar julgamento do mensalão.

25/5/2012

No mesmo dia, Nelson Jobim, que teria intermediado encontro, desmente a acusação.

26/5/2012

Mendes diz que foi alvo de informações 'plantadas' sobre sua relação com Demóstenes.

28/5/2012

Lula (foto) afirma que acusação é 'inverídica' e que seu sentimento 'é de indignação'.

30 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Maia questiona conduta do ex-presidente do STF

Presidente da Câmara diz ter 'dúvidas sobre o comportamento' de Gilmar Mendes porque assunto só veio à tona um mês após encontro com Lula

O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse ontem ter "dúvidas sobre o comportamento" do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que afirmou ter sido pressionado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para adiar o julgamento do mensalão.

"Eu tenho dúvidas sobre o comportamento do ministro Gilmar Mendes. Há um questionamento sobre por que ele veio tratar deste assunto exatamente agora, depois de um mês da realização da reunião", disse.

O deputado também defendeu o ex-presidente. "Eu não acredito que o presidente Lula tenha expressado ou tenha tratado o assunto da forma como foi relatada pelo ministro Gilmar Mendes."

Maia manifestou preocupação com a "politização" do julgamento do mensalão e disse serem "naturais" conversas entre políticos e integrantes da corte sobre o tema. "Qualquer cidadão envolvido com a política, se se deparar com um ministro do STF, vai tratar sobre este assunto, vai perguntar, vai tentar entender, pelo impacto que se tem sobre a questão eleitoral."

**União.** O presidente nacional do PT, deputado estadual Rui Falcão (SP), também saiu ontem em defesa de Lula e pediu união da militância petista para "desbaratar" o episódio. Para ele, trata-se de uma "manobra da oposição" para tirar o foco da possível convocação do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), pela CPMI do Cachoeira.

### • Demora

#### MARCO MAIA

PRESIDENTE DA CÂMARA (PT-RS)  
"Há um questionamento sobre por que ele veio tratar desse assunto exatamente agora, depois de um mês da realização da reunião"

Em vídeo de dois minutos divulgado em seu site, Falcão ressaltou que a polêmica sobre o encontro entre Lula e Mendes em abril ocorre no momento em que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Cachoeira se prepara para convocar o tucano Marconi Perillo.

Segundo Falcão, Perillo estaria "envolvido em graves denúncias de participar da organização criminosa". "Evidente que se tenta embaralhar as conclusões da CPMI do Cachoeira. Todos sabem que essa CPMI (...) pretende desvendar todos os crimes da organização criminosa que se formou com uma base muito forte no Estado de Goiás", afirma o petista. Falcão recomenda que a militância fique "atenta às manobras" da oposição, a qual estaria "tentando comprometer" Lula com um encontro com o ministro Gilmar Mendes.

Falcão lembra que a versão de que Lula teria oferecido blindagem a Mendes na CPMI em troca de um acordo para adiar o julgamento do mensalão, relatada pelo ministro do STF, foi desmentida pelo ex-ministro da Defesa e do STF Nelson Jobim. "Portanto, militância do PT, vamos ficar atentos, vamos desbaratar mais essa manobra daqueles que querem desmoralizar o PT, o presidente Lula, com nítidos objetivos eleitorais também", conclui.

No vídeo, Falcão acrescenta ainda que os ministros do STF não são suscetíveis a pressão externa e que espera da Corte um julgamento objetivo com base nos autos processuais. "É o que se espera, inclusive, que eles façam quando do julgamento do processo do chamado mensalão", afirmou.

**TUTTY**

**Ah, bom!**

O povo vai, aos poucos, entendendo o que está acontecendo em Brasília! O mais provável, como se sabe, é que todos estejam mentindo!

30 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# TJ-SP decide destino dos juizes milionários

Ala radical do Órgão Especial da corte pressiona por punição a desembargadores que ganharam acima de R\$ 600 mil, inclusive de presidente do TRE



● Reação

**IVAN SARTORI**  
PRESIDENTE DO TJ-SP  
"Vultosas antecipações de pagamentos em benefício próprio sem qualquer justificativa"

**Pagamentos.** Sartori aponta administração paralela na corte

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo decide hoje o destino do grupo de desembargadores que receberam antecipadamente valores acima de R\$ 600 mil, no período entre 2008 e 2010. A corrente mais radical do colegiado - formado por 25 desembargadores - pede a cabeça dos magistrados e defende abertura de processo disciplinar contra eles por violação dos princípios da isonomia, moralidade e impessoalidade.

Tais condutas "tipificam infração aos deveres funcionais", descritos no artigo 35 da Lei Orgânica da Magistratura (Loman), e podem ser passíveis de punição máxima para a toga, a aposentadoria compulsória.

O quadro é excepcionalmente grave para três desembargadores, que estão na ativa e podem ser afastados de suas funções - Alceu Penteado Navarro, que recebeu R\$ 640,3 mil, Fábio Monteiro Gouvêa (R\$ 713,2 mil) e Vianna Cotrim (R\$ 631,6 mil) integram a Comissão de Orçamento da corte.

Se o Órgão Especial decidir pela suspensão dos poderes jurisdicionais do grupo, um impasse histórico estará criado com relação a Navarro. Ele é desembargador do TJ, mas exerce função em corte de âmbito federal, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

A dúvida maior é se o Órgão Especial do TJ tem competência para fulminar o presidente de outro poder - ainda que o próprio colegiado tenha alçado Navarro, pelo voto, ao posto máximo da toga eleitoral.

Colegas de Navarro sugerem sua renúncia, mas ele não abre mão da cadeira que assumiu em dezembro de 2011. No mês passado ele recebeu apoio de 23 advogados que se dedicam exclusivamente em causas eleitorais e pediram sua permanência.

O desembargador Vallim Bellocchi, que presidiu o TJ (2008/2009), recebeu R\$ 1,44 milhão. Ele está aposentado. Uma ala do Órgão Especial sugere a cassação da aposentadoria. Outro ex-presidente do TJ, Vianna Santos (R\$ 1,26 milhão), morreu em janeiro de 2001.

A sessão terá início com o voto do presidente do TJ, Ivan Sartori, relator nato da demanda que sangra a maior corte do País há quase cinco meses - o escândalo ofuscou todas as outras atividades do grande tribunal.

**Imotivados.** Na primeira manifestação que levou ao Órgão Especial, em abril, Sartori reconheceu que a verba paga aos desembargadores era mesmo devida, porque de natureza alimentar -

crédito relativo a férias e a licença prêmio acumuladas. Mas ele apontou formação de administração paralela no TJ, desvios e abusos de poder. Sartori revela o modo de ação dos investigados.

"Vultosas antecipações de pagamentos em benefício próprio, deferimentos imotivados de pagamentos a funcionários a eles subordinados ou com os quais mantinham proximidade, concessão de antecipações extraordinárias de créditos para magistrados preferencialmente escolhidos, sem qualquer justificativa ou requerimento e negativa a magistrados que se encontravam na mesma situação."

Navarro, Gouvêa e Cotrim afirmam que não autorizavam pagamentos. Atribuem tal poder "à presidência", em alusão a Bellocchi - este assevera que os créditos eram liberados pela Comissão de Orçamento.

A defesa dos três desembargadores pede nulidade do processo. O advogado Manuel Alceu Afonso Ferreira alega vazamento do voto de Sartori e que não houve tempo hábil para exame de 54 novos documentos anexados aos autos.

**CONTINUA**

30 MAI 2012

**O ESTADO DE S. PAULO**  
**CONTINUAÇÃO**

A defesa rebela-se contra o que classifica de quebra de isonomia – outros 41 magistrados receberam créditos antecipados superiores a R\$ 100 mil, mas o Órgão Especial cravou que a eles não cabe imputar infração disciplinar, nem improbidade. Se acolhida a tese da defesa o caso estará encerrado. Se for rejeitada, o processo disciplinar terá início e um novo relator será sorteado.

30 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça nega liminar contra Itaqueração

Pedido de suspensão dos benefícios fiscais que favorecem estádio é indeferido. Obras completam 1 ano hoje

As obras do Itaqueração completam um ano hoje, mas o "presente" foi recebido ontem à tarde. A ameaça de suspensão imediata dos incentivos fiscais de R\$ 420 milhões e da isenção de tributo municipal (ISS), estimada em R\$ 42 milhões, foi afastada com a decisão da juíza Laís Helena Bresser Lang Amaral de indeferir o pedido do promotor Marcelo Milani, feito na semana passada por meio de ação de improbidade administrativa. A liminar foi negada, mas a ação civil terá continuidade.

A arena corintiana foi escolhida pela Fifa como palco da partida de abertura da Copa do Mundo de 2014, entre outras da competição. Sua entrega está prevista para dezembro do próximo ano, mas pode ser antecipada. O clube pretende inaugurá-la em 1.º de setembro de 2013, quando completa 113 anos.

O representante do Ministério Público Estadual também requeria, no seu pedido, que o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o Corinthians e a Construtora Odebrecht, entre outros citados, fossem obrigados a pagar R\$ 1,742 bilhão aos cofres públicos, por prejuízos causados ao erário. Milani alegou inconstitucionalidade da concessão dos benefícios, por causar prejuízos ao erário público e por violar "flagrantemente princípios constitucionais, tais como moralidade, legalidade e, especialmente, impessoalidade".

No entanto, em sua decisão, a juíza da 2.ª Vara da Fazenda Pública afirma que a ação "sequer comportaria tutela antecipada". Diz não existir prova inequívoca da alegação feita pelo MPE e alerta para o fato de ser necessária o princípio da ampla defesa.

A juíza Laís Helena também elogia a realização do Mundial no Brasil, um "evento de porte e repercussão sem antecedentes na história brasileira recente, com consequências positivas ao desenvolvimento e qualificação em âmbito nacional".

O Estado tentou ontem falar com Marcelo Milani, da promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, mas não obteve respostas de seus contatos.

30 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO Procuradoria defende legalidade de provas da Monte Carlo

Parecer enviado ao TRF-1 afirma que denúncias foram devidamente investigadas e algumas, inclusive, comprovadas.

A Procuradoria Regional da República defendeu em parecer enviado ontem ao Tribunal Regional Federal (TRF-1) a legalidade das provas obtidas na Operação Monte Carlo. Os advogados de Carlinhos Cachoeira entraram com habeas corpus pedindo a suspensão da ação penal e a nulidade das interceptações telefônicas e de qualquer outra prova derivada dos diálogos. A defesa argumenta que a operação baseou-se em denúncia anônima e em escutas deferidas e prorrogadas acima do prazo legal.

A estratégia do advogado de Cachoeira, Márcio Thomaz Bastos, está sendo repetida por outros defensores. O MP manifesta-se pelo conhecimento parcial do pedido e que o mesmo seja negado. O recurso será julgado pelo desembargador federal Tourinho Neto.

Para o procurador Carlos Alberto Villhena, a defesa tenta usar o habeas corpus para fazer exame de provas. "As diversas denúncias anônimas ofertadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público do Estado de Goiás foram devidamente submetidas a investigações preliminares, as quais lograram êxito em comprovar pelo menos sete das nove denúncias anônimas. Além disso, o próprio MP de Goiás empreendeu diligências para comprovar as denúncias," diz o parecer, rebatendo a tese da defesa.

"Não há qualquer dúvida de que a quebra de sigilo telefônico não foi decretada para investigar unicamente a contravenção, mas especialmente para desvendar a prática de crimes que viabilizaram a exploração dos jogos de azar (*quadrilha e corrupção ativa e passiva*) e os que sucederam (*lavagem de dinheiro*), os quais são punidos com reclusão," completa o parecer.

Com relação às prorrogações dos grampos, o procurador ressalta que as decisões foram proferidas de acordo com os fundamentos apresentados pela autoridade policial. O MP afirma que não se pode atribuir ao magistrado o dever da transcrição, mas sim o da fundamentação.

30 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO Uma grave distorção

**D**os R\$ 54,6 milhões doados por empresas para os 29 partidos políticos em 2011, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgados pelo jornal Valor, R\$ 50,1 milhões, impressionantes 89,5%, foram recolhidos aos cofres do Partido dos Trabalhadores (PT). Tudo perfeitamente de acordo com as exigências da lei. Mas a questão mais importante que esse quadro suscita não é legal. Tem a ver com os fundamentos da democracia, com os princípios éticos e morais sobre os quais ela necessariamente tem que se assentar para permitir a expressão da vontade do corpo social. Especialmente quando tem a ver com o sistema eleitoral e com o mais poderoso instrumento de manifestação daquela vontade: o voto.

Partidos políticos são entidades privadas de direito público indispensáveis ao pleno funcionamento dos regimes democráticos. Precisam dispor de recursos - para colocar a questão em termos esquemáticos - pela razão principal de que o processo de comunicação com o eleitor, para auscultar seus anseios e conquistar prosélitos, não prescinde do vil metal, especialmente na moderna sociedade midiática. Há partidos grandes e partidos pequenos, assim medidos por sua expressão eleitoral. Há os que são governo e os que lutam para chegar lá. É natural que os maiores e os que já chegaram - principalmente estes, está visto - se beneficiem dessas condições na hora de arrecadar fundos.

Mas quando apenas uma legem-

da, mesmo sendo a maior em termos eleitorais e detentora do poder central há mais de 9 anos, em bolsa quase 90% das doações das corporações empresariais, é inevitável concluir que alguma coisa soa mal, está fora da curva, não é normal, enfim. Sem considerar a enorme ironia que significa o PT defender, como um dos pontos fundamentais da reforma política que preconiza, a instituição do financiamento público das campanhas eleitorais. Proposta fundada no argumento de que é preciso "democratizar" o acesso dos partidos aos recursos de que necessitam e manter as eleições a salvo da indesejável ingerência

### Quase 90% do dinheiro doado por empresas aos 29 partidos políticos foi apenas para o PT

"do capital".

Este último argumento, justiça seja feita, é procedente: Empresas, pessoas jurídicas, não votam. Aquelas desprovidas de escrúpulos dispõem de meios muito eficientes para persuadir os governantes a auscultar seus anseios, como o noticiário político-policial do momento tem sobejamente demonstrado. Não é por outra razão, como revela ainda, sem surpreender ninguém, a reportagem do jornal paulistano, que os maiores doadores da iniciativa privada, responsáveis por quase metade dos recursos que os partidos recebem, são as grandes empreiteiras de obras públicas. Essas empresas, a rigor, não doam nada. Investem em benefícios futuros a serem pagos pelo cidadão-contribuinte. Por que, então, fingir que

o financiamento de partidos políticos por empresas privadas é desejável e democrático?

A receita dos partidos políticos no Brasil é de origem mista, tanto privada quanto pública. Na primeira, além das empresas, as pessoas físicas também contribuem, em muito menor escala. Na esfera pública existe o fundo partidário. E há ainda a contribuição dos filiados. A grande aberração, no entanto, consiste exatamente no fato de que o grosso dos recursos provém de empresas, num sistema em que a regulamentação é confusa, a transparência é muito relativa e a fiscalização, deficiente.

A tese do financiamento apenas público é perigosa, porque esse sistema estará sempre vulnerável ao casuismo dos poderosos de turno. Mais perigosa ainda se torna quando defendida por partidos que ambicionam a hegemonia absoluta, que já se desenha, por exemplo, numa distribuição privada de recursos que pouco tem a ver com ideais democráticos.

O único modelo que elimina os graves inconvenientes do financiamento tanto por parte de pessoas jurídicas quanto do poder público é o da contribuição de pessoas físicas, dentro de limites estabelecidos pela lei. É um sistema que cria um vínculo forte entre os partidos e seus eleitores e reforça o exercício de cidadania que significa a participação dos indivíduos numa campanha eleitoral. É claro que, pelo menos numa primeira etapa, a adoção desse modelo implicaria uma redução, talvez drástica, do afluxo de recursos para os cofres partidários. Mas não seria, com certeza, o fim dos partidos.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME 30 MAI 2012

### **Mais cargos para o TJ**

Em primeira discussão, os deputados estaduais aprovaram ontem projeto de lei de número 161/2012 que cria cargos efetivos na estrutura funcional do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná: 30 cargos de analista de sistemas, três cargos de designer gráfico e 50 cargos de técnico em computação. A justificativa é que nos últimos anos o Poder Judiciário investiu maciçamente na informatização de todas as Comarcas do Estado, mas poucos foram os investimentos na criação de cargos específicos necessários para o desempenho de atividades especializadas.

### **CCJ aprova auxílio-livro no TJ**

O programa de reembolso financeiro para que os magistrados do Poder Judiciário do Paraná possam gastar, cada um, até R\$ 3 mil por ano na compra de livre escolha de livros e softwares para atualização foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da AL. Os únicos votos em separado foram dos deputados Tadeu Veneri (PT) e Pe. Edson Praczyk (PRB). Agora o projeto deve entrar na pauta de votações do plenário.

## **INFORME**

### **Blindado para deputado**

O deputado estadual Fábio Camargo (PTB) apresentou um requerimento ontem à mesa diretora da Assembleia Legislativa pedindo um carro blindado para seu uso. Ele estaria recebendo ameaças, por isso do pedido. Em plenário foi solicitada uma discussão sobre o assunto e o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), acrescentou que vai pedir parecer da Procuradoria Jurídica do Legislativo antes de responder a questão.

### **Perguntinha**

Com tantos auxílios que recebem além dos generosos subsídios, nossos deputados não poderiam bancar gastos extras como carros blindados?

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

30 MAI 2012

## Vantagens

O STF, conforme declara seu presidente, Carlos Ayres Britto, baixará uma súmula vinculante para derrubar benefícios extraordinários a juízes pelos tribunais que não estejam previstos na Lei Orgânica da Magistratura (Loman). De repente auxílios, como esses que os tribunais de contas praticam, em função de uma interpretação extensiva de Isonomia, podem ser alcançados pela súmula, aí incluído o recente auxílio alimentação. Resta que ela seja clara o que não ocorreu com a editada sobre nepotismo. E na dúvida a turma avança.

## Folclore

Se a classe C virou vítima de arrastões e sequestros imagine-se o que se dará com barnabés de altos salários. Prova aí de que o Brasil cresceu: antes se dizia que até o simples portador de carteira assinada poderia ser assaltado.

# FOLHA DE LONDRINA

## Procurador envia caso de Lula à 1ª instância

Brasília - O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, vai encaminhar para a primeira instância a representação que pede uma investigação contra o ex-presidente Lula. Anteontem, partidos da oposição protocolaram o pedido contra o ex-presidente por causa de uma reunião em que ele teria pedido ao ministro do Supremo Tribunal Federal o adiamento do mensalão. DEM, PSDB, PPS e PSOL afirmam que Lula cometeu três crimes - tráfico de influência, corrupção ativa e coação no curso do processo judicial. Gurgel encaminhará o caso para a procuradora-chefe da Procuradoria da República do Distrito Federal, Ana Paula Mantovani. Como ex-presidente, Lula não tem mais foro privilegiado.

30 MAI 2012

### MAZZA

#### Situação pirandelliana

O encontro Lula-Gilmar Mendes acertado por Nelson Jobin em seu escritório é daquelas situações em que o melhor seria não ter acontecido. Compromete todos já que de uma forma ou de outra suplantaram as lindes do permissível. Resta repetir, sentenciosamente, arriando as cortinas do palco, "assim é, se vos parece".

De Pirandello é a peça "Seis personagens em busca de um autor" e essa implicaria em "Três personagens em busca de um confessor" e isso porque todos afinal pecaram e não venialmente.

### CLÁUDIO HUMBERTO

*"Grupo de chantagistas, bandidos. Desrespeitosos."*  
Ministro Gilmar Mendes, indignado, denunciando a tentativa de desmoralizar o STF

#### Caso STF: Dilma ordena distância do governo

A presidente Dilma manterá, pelo menos por enquanto e em público, uma solene distância da polêmica provocada pelo ex-presidente Lula, amigo e padrinho político, com as conversas reservadas mantidas com pelo menos quatro ministros do Supremo Tribunal federal às vésperas do julgamento do mensalão. Ela não quer, e não deve, associar sua imagem e autoridade à questão "particular" do ex-presidente.

# FOLHA DE LONDRINA

## Publicitário vai à Justiça contra OSCIP 30 MAI 2012

### investigada pelo MP

Um ano depois da deliberação da operação Anilise pela Ministério Público (MP) do Paraná que levou para a prisão 21 pessoas, incluindo o ex-procurador jurídico da Prefeitura de Londrina Fidélis Canguçu, dois dos acusados por desvios de dinheiro público - o publicitário Rui Nogueira e o ex-presidente do Instituto Atlântico Bruno Valverde - iniciaram ontem uma batalha na Justiça numa ação de cobrança. Nogueira, que também participou da campanha eleitoral de Barbosa Neto (PDT) no primeiro turno em 2008, cobra do Atlântico R\$ 100 mil que seriam por serviços de publicidade prestados no final de 2010, antes, portanto, do Atlântico ser contratado emergencialmente pelo município para gerenciar serviços básicos na saúde. O contrato com a prefeitura foi assinado no dia 8 de dezembro.

Representados pelos advogados, Nogueira e Valverde não estiveram na audiência na tarde de ontem na 5ª Vara Cível. Segundo o advogado do publicitário, Fábio Martins Pereira, antes de ser contratado pela Prefeitura de Londrina, Valverde foi até São Paulo para contratar os serviços com o objetivo de alavancar a imagem do Atlântico - que é uma

#### Batalha é pelo pagamento de R\$ 100 mil por lobby para que o Instituto Atlântico ganhasse licitação da Prefeitura de Londrina

oscip, portanto sem fins lucrativos. O valor total era de R\$ 300 mil por seis meses, mas o contrato teria se encerrado depois de dois meses, segundo Pereira. Ele considera que o valor é "algo subjetivo, parece muito para os padrões de Londrina, mas para os padrões de São Paulo não é um valor excessivo".

Por outro lado, o advogado da oscip, Vinicius Borba, negou que exista qualquer contrato entre Atlântico e a Sapucaí Propaganda e Marketing. "Não houve nenhum serviço de publicidade, nem sequer existe contrato sobre isso." Borba, contudo, evitou comentar a denúncia do MP de que a "dívida" de Valverde com Nogueira teria origem na contratação irregular do Instituto, cuja articulação foi comandada pelo publicitário e pela esposa do prefeito Barbosa Neto (PDT), Ana Laura Lino.

**Barbosa Neto e Marco Cito são testemunhas de instituto**

"Se isso houve, não é serviço, é lobby." Atualmente a investigação está a cargo da Polícia Federal (PF) em Londrina.

Pereira também contestou a suspeita de que o cliente esteja querendo cobrar do instituto uma suposta propina pela intermediação do contrato. "Não se pode entender que exista uma cobrança de propina, porque tem elementos probantes no processo que rechaçam essa tese." Ele alega que constam do processo documentos que comprovariam a prestação do serviço de publicidade. Pereira disse, ainda, desconhecer que Nogueira e Ana Laura tenham se encontrado para conversar sobre a contratação do Atlântico.

A defesa do Atlântico arrolou como testemunhas o prefeito Barbosa Neto e a esposa, o então secretário de Gestão Pública, Marco Cito, o então assessor do vereador Roberto Fú (PDT), Rogério Ortega e o publicitário Renato Mantovani. A próxima audiência ainda não tem data agendada.

**CONTINUA**

# 30 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

#### Foragido

Durante as investigações da operação Antissepsia, Rui Nogueira chegou a ter mandado de prisão expedido contra ele, mas como não foi localizado; foi considerado foragido. Ele conseguiu habeas corpus no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Bruno Valverde foi preso, mas decidiu colaborar com as investigações e foi liberado. A denúncia criminal também atingiu Barbosa Neto.

# FOLHA DE LONDRINA

## TC paga até R\$ 60 mil de auxílio retroativo

Curitiba - A presidência do Tribunal de Contas (TC) do Paraná autorizou o pagamento de auxílio-alimentação para conselheiros, auditores e procuradores do órgão, retroativos ao ano de 2004. A medida atinge 23 profissionais, que receberam neste mês, em uma única parcela, o pagamento que varia de R\$ 50 mil a R\$ 60 mil para cada um, de acordo com o presidente do TC, Fernando Guimarães. O valor mensal do auxílio-alimentação é de R\$ 630 e foi instituído por um ato da presidência.

"Temos disponibilidade financeira para fazer o pagamento em uma única parcela. Existem vários valores, em torno de R\$ 50 mil e até R\$ 60 mil por pessoa, porque depende também das férias e de viagens a trabalho, quando há diárias. Nesses casos, o auxílio-alimentação foi descontado, para que não haja duplicidade de pagamento", justificou Guimarães. No TC, embora o pagamento já tenha sido feito, a questão ainda não passou por análise do plenário do órgão. Segundo o presidente do TC, isso não era necessário. "Instituí o auxílio-alimentação por um ato da presidência, porque a minha Lei Orgânica permite isso. Para uma

**Medida atinge 23 membros do órgão e foi paga em única parcela**

garantia maior encaminhei o assunto para o plenário, apenas para regulamentar o pagamento", respondeu Guimarães.

O pagamento é baseado em resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que atendeu reivindicação das diversas classes da Justiça. Dessa forma, o auxílio-alimentação retroativo a 2004 já foi pago a juízes federais e do Trabalho, Brasil afora, por exemplo. No Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, o pagamento foi decidido no mês passado. Por lá, o cálculo individual do valor devido girou em torno de R\$ 40 mil. Segundo o presidente do TC, ele só aplicou o auxílio-alimentação porque o TJ já havia feito o mesmo.

### Publicação dos salários

Desde ontem, o TC publica tabelas com a sua folha de pagamento. A medida faz parte da adequação à lei federal de Acesso às Informações Públicas. Apesar de não constar o nome dos servidores, as tabelas trazem a remuneração bruta de quem trabalha no TC, discriminando salário e vantagens transitórias. Entre os comissionados, a re-

# 30 MAI 2012

muneração varia de R\$ 2.820,04 a R\$ 7.426,95. Um único pagamento para comissionado chega a R\$ 16.086,78, por causa de uma diferença retroativa de R\$ 12,8 mil.

A remuneração dos membros do TC (conselheiros, auditores e procuradores) varia de R\$ 22 mil a R\$ 24 mil, com vantagens transitórias que alcançam outros R\$ 7 mil. No entanto, a remuneração é limitada ao teto constitucional de R\$ 26,7 mil. Mesmo assim, é possível que os valores sejam maiores que o teto quando se somam o pagamento de abono de um terço de férias e abono permanência, o que permite pagamentos de mais de R\$ 30 mil. Os valores consultados referem-se ao mês de abril. As tabelas estão acessíveis pelo Portal da Transparência do TC, que pode ser acessado no site [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br).

30 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Caução em hospitais passa a ser crime

**Brasília** - A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem a lei que torna crime a exigência de cheque caução em hospitais. A pena para quem descumprir a lei é de detenção de três meses a um ano, além de multa. A punição poderá ser dobrada caso a pessoa que não tenha recebido atendimento sofra uma "lesão corporal grave" e triplicada se houver a morte do paciente.

De acordo com a lei, o hospital não poderá exigir "cheque caução, nota promissória, ou qualquer garantia" nem "preenchimento prévio de formulários", como condição para atendimento médico emergencial.

A lei também exige que sejam fixados cartazes "em locais visíveis" nos hospitais contendo a informação de que é crime fazer este tipo de exigência. A norma está publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União.

### Projeto

O projeto que torna crime a exigência do cheque caução havia sido aprovado no Senado no início de maio. O tema ganhou o apoio do governo depois da morte do secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, em janeiro deste ano. Ele não foi atendido em dois hospitais de Brasília, segundo a família, porque seu plano de saúde não era aceito e ele não portava cheque para caução.

À época da aprovação no Congresso, o secretário de assuntos legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, comemorou a aprovação da lei - mas negou que a rapidez na sua tramitação no Congresso seja resultado da morte de um integrante do governo. "Não era uma questão de honra para o governo, mas um debate que já vinha sendo firmado."

## MILITÃO

### Atropelador arrependido

A história aconteceu em Londrina há algum tempo. Um empresário atropelou um pedestre em uma das vias mais movimentadas em torno de Londrina. A vítima morreu e deixou viúva e filhos desamparados. Eles foram a Justiça com um pedido de indenização. O juiz condenou o réu a pagar R\$ 1 milhão e mais R\$ 700 de ajuda de custo por 15 anos para os reclamantes. Demonstrando arrependimento e humildade, ele contrariou os advogados que o defendiam, não recorreu e pagou todo o montante a família do pedestre. Para tanto, teve de vender a empresa que possuía e acabou passando por dificuldades mais tarde, mas pode deitar no travesseiro e dormir sem culpa alguma.

30 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### Bruno obtém liberdade, mas permanecerá preso

**Belo Horizonte** - A Justiça de Minas Gerais concedeu ontem liberdade condicional ao goleiro Bruno Fernandes de Souza pela condenação de quatro anos e seis meses de prisão na Justiça do Rio de Janeiro, em dezembro de 2010. Desde janeiro, Bruno tem direito a esse benefício da lei, mas ele não poderá deixar o presídio.

A manutenção da prisão se deve ao fato de o goleiro estar preso preventivamente por causa de outro crime envolvendo sua ex-amante Eliza Samudio, motivo da sua condenação no Rio. Ele irá a julgamento em Minas sob a suspeita de sequestro e assassinato de Eliza.

A condenação no Rio foi por sequestro, cárcere privado, constrangimento e lesões corporais em sua ex-amante. Por estar preso em Minas na época da condenação, a Justiça fluminense transferiu para a Justiça mineira a execução da pena do goleiro.

Por esse motivo a concessão da condicional foi dada pela Vara de Execução Penal de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde Bruno está preso.

Desde essa época, a defesa de Bruno tenta conseguir no Supremo Tribunal Federal (STF) um habeas corpus para que o goleiro possa aguardar o julgamento em liberdade. Nas duas tentativas de conseguir a liberdade por medida liminar, o Supremo negou o pedido da defesa de Bruno. Falta o STF julgar o mérito do pedido.

A defesa de Bruno nunca conseguiu nas várias instâncias da Justiça (incluindo Superior Tribunal de Justiça e STF) que ele aguarde em liberdade o julgamento.

# GAZETA DO POVO

» VILA DOMITILA

## Justiça decide reintegrar posses do INSS

30 MAI 2012

Anderson Gonçalves

A Justiça Federal autorizou mais cinco reintegrações de posse na Vila Domitila, localizada entre os bairros do Ahú e Cabral. A área, de 190 mil metros quadrados e onde residem cerca de 250 famílias, é alvo de uma briga judicial que já dura mais de 30 anos.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reivindica a propriedade dos terrenos, divididos entre famílias que possuem a propriedade dos imóveis e outras que invadiram o local ou adquiriram áreas de forma irregular.

Os mandados de reintegração de posse foram expedidos pela juíza da 2ª Vara Federal, Gisele Lemke, após decisões finais do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, as quais deram ganho de causa ao INSS. De acordo com ela, são mais de 100 processos que tramitam no Judiciário envolvendo a posse dos imóveis na região.

Segundo a juíza, essas não são as primeiras decisões favoráveis ao INSS. Algumas famílias já deixaram seus imóveis em anos anteriores após o cumprimento de mandados de reintegração de posse. "Assim como também há processos que o INSS perdeu e os moradores continuam residindo no local", observa Gisele.

O impasse judicial tem travado as negociações entre o INSS e o Tribunal de Justiça do Paraná, que pretende construir no local uma parte do Centro Judiciário de Curitiba.

# GAZETA DO POVO

## 30 MAI 2012

» AIDS

### **Transmissão proposital do HIV é lesão corporal grave**

Transmitir conscientemente o HIV, vírus causador da aids, configura lesão corporal grave, crime previsto no Código Penal. A decisão foi tomada no último dia 15 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e publicada ontem no Diário da Justiça. Com esse argumento, a 5.ª Turma do STJ negou um pedido de habeas corpus em que o réu era acusado de ter transmitido o vírus à parceira.

Segundo o tribunal, o homem manteve relações sexuais com a vítima entre abril de 2005 e outubro de 2006, inicialmente com o uso de preservativos e, mais tarde, sem proteção. A vítima afirma que não havia sido informada que seu parceiro era portador do HIV, o que ele nega. Para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que condenou o réu a dois anos de prisão, o crime existiria mesmo que a vítima soubesse do fato, já que a integridade física é considerada um bem indisponível.

No pedido de habeas corpus, a defesa alegava que o crime não foi consumado, uma vez que a vítima, ainda que contaminada com o vírus, não havia desenvolvido os sintomas da aids. Mas o tribunal não aceitou esse argumento.

### **JUSTIÇA**

#### **Bruno recebe liberdade condicional, mas segue preso em Contagem**

O juiz Wagner Cavalleri, da Vara de Execuções Criminais do Fórum de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, concedeu ontem liberdade condicional ao goleiro Bruno Fernandes em relação à condenação por lesão corporal, cárcere privado e constrangimento ilegal de sua ex-amante, Eliza Samudio, de 25 anos. No entanto, o goleiro permanecerá preso, pois está encarcerado também com base em mandado de prisão preventiva pelas acusações de sequestro e assassinato da jovem, desaparecida desde junho de 2010. A permanência do goleiro na prisão está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda analisa pedido de liberdade referente às acusações que pesam contra ele no Judiciário de Minas.

#### **Sanclonada lei que criminaliza o cheque caução em hospital**

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem a lei que torna crime a exigência de cheque caução em hospitais. A pena para quem descumprir a lei é de detenção de três meses a um ano, além de multa. A punição poderá ser dobrada caso a pessoa que não tenha recebido atendimento sofra uma "lesão corporal grave" e triplicada se houver a morte do paciente. De acordo com a lei, o hospital não poderá exigir "cheque caução, nota promissória, ou qualquer garantia" nem "preenchimento prévio de formulários", como condição para atendimento médico emergencial. A lei também exige que sejam fixados cartazes "em locais visíveis" nos hospitais contendo a informação de que é crime fazer este tipo de exigência. A norma está publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União.

# 30 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

Joyce K. Pescarolo

### **Aumento da violência contra a mulher**

**D**iante da divulgação do último mapa da violência, no início do mês, temos a notícia do aumento do número de homicídios de mulheres no país e o Paraná aparece em 3.º lugar no ranking nacional. A preocupante notícia também tem suscitado muitos comentários de autoridades, militantes e pessoas do mundo acadêmico. Entre esses comentários, cabe destacar mais uma vez aquele realizado pelo delegado Rubens Recalcatti, chefe da delegacia de homicídios de Curitiba, que atribuiu o aumento dos femicídios ao fato "das mulheres passaram a frequentar o mundo das drogas e a se relacionar com pessoas erradas. Elas queriam direitos iguais e, quando os conquistaram, não souberam o que fazer." E ainda complementa dizendo que elas, as mulheres, "precisam saber com quem se envolvem, que tipo de pessoas encontram em baladas."

Tais alegações recaem numa série de erros e acabam reproduzindo pontos de vista equivocados e machistas. O primeiro, e mais gritante deles, é a crença de que o aumento dos homicídios estaria relacionado ao fato das mulheres terem ampliado sua frequência nos espaços públicos. Os próprios índices mostram que os homicídios não estão ocorrendo porque a mulher está na "balada" ou porque está frequentando o mundo das drogas, pois seu principal alçoz está dentro da sua própria casa e é seu companheiro.

O delegado parece sugerir que a frequência do espaço público deveria ser evitada, assim as mulheres poderiam estar a salvo. A luta pelos direitos iguais só serviu para vitimizá-las, ou seja, estariam seguras se se recolhessem aos muros do espaço privado, a vida pública é feita para homens!

Há pesquisas sobre o tema, com análises bem mais aprofundadas, como a realizada pelo sociólogo Anthony Giddens no seu imperdível livro *A Transformação da Intimidade*. Giddens aponta que a violência

contra a mulher está relacionada ao fato de que na modernidade, as mulheres têm progressivamente se recusado a cooperar com a dominação masculina sobre elas, dominação esta que se fez intensamente presente no modelo de família patriarcal. Diante do declínio desse modelo e da gradativa emancipação feminina, a violência contra as mulheres apareceria como principal esteio de controle utilizado pelos homens. Para Giddens, na atualidade, a violência contra a mulher estaria mais relacionada à insegurança e possíveis desajustamentos emocionais e afetivos dos homens diante de um novo modelo de relação, no qual os papéis precisam ser negociados e não impostos. Assim, a violência seria uma resposta destrutiva diante do declínio da cumplicidade feminina com esse antigo modelo. Isso leva muitas vezes os homens a serem mais violentos com as mulheres do que entre si, salvo situações de guerra.

É verdade que a aquisição de direitos e espaços por parte das mulheres as têm colocado numa posição bastante ameaçadora para o universo masculino, que não mais encontra um mundo no qual a autoridade se assente exclusivamente numa ordem fálica. Porém é importante pensar que a solução não seria a volta ao antigo modelo, no qual a posição feminina era de submissão e passividade diante de um mundo simbolicamente dominado pelo masculino — embora os estudos de gênero já tenham apontado as inúmeras estratégias femininas para lidar com essa dominação ao longo da história, não se trataria de uma passividade, ela seria apenas aparente.

Diante dos dados recentes sobre a violência contra a mulher, é importante uma reorganização dos papéis masculinos e femininos à luz de processos mais dialógicos, negociados e não mais impostos através da violência.

Joyce K. Pescarolo, psicóloga, mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia pela UFPR, é pesquisadora do Centro de Estudos em Direitos Humanos (CESPDH) da UFPR e psicóloga Educacional do Instituto de Educação para a Não Violência.

# GAZETA DO POVO

ALEXANDRE PADILHA  
**Cheque caução na  
urgência é crime**

30 MAI 2012

**E**ntrou em vigor ontem uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional e de projeto da presidenta Dilma Rousseff, que transforma em crime qualquer exigência de cheque caução, promissória ou preenchimento de formulário antes do atendimento de uma pessoa em situação de urgência-emergência em um pronto-socorro. A pena é de pagamento de multa e prisão de três meses a um ano — prazo que pode triplicar caso a omissão de atendimento leve à morte. Transformar esta prática em crime foi o primeiro passo, mas cabe a todos nós, gestores e profissionais de saúde, sociedade, Ministério Público, Judiciário e polícia, fiscalizar, denunciar e punir as irregularidades.

O Ministério da Saúde tomou a iniciativa do projeto como mais uma medida para reestruturar os serviços de saúde de urgência e emergência no Brasil. Com a lei, fica claro que salvar a vida de uma pessoa deve sempre vir antes do que qualquer outro interesse econômico, gerando um instrumento para a punição efetiva daqueles que não seguem a regra. Respeitamos a participação de instituições privadas no setor, mas a vida não pode ser vista como mercadoria. Ela tem que ser defendida e protegida.

Outra ação para aperfeiçoar o atendimento na rede particular é que, desde janeiro de 2012, os planos de saúde têm de cumprir regras da ANS sobre prazo máximo para marcação de consultas, exames e cirurgias. Criamos, também, um programa que estipula metas de qualidade e ressarcimento ao SUS, que em 2011 foi recorde ao somar R\$ 97 milhões.

Na rede pública, estamos trabalhando para aperfeiçoar a rede de atendimento às urgências. Exemplo deste compromisso é a expansão das Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), que oferecem consultas e tratamentos intermediários, resolvendo até 97% dos casos

que atendem. Atualmente, temos 179 UPAs em funcionamento — 24 horas por dia e sete dias por semana — e outras 546 em construção.

Também estabelecemos novos incentivos para mutirões de cirurgias eletivas, que aumentaram em 96,4% o número de cirurgias de catarata de 2010 para 2011. O Ministério da Saúde estabeleceu ainda um novo instrumento que contribui para avaliar o atendimento na rede pública de saúde, que é a carta SUS. Desde janeiro, ela chega à casa de todo o paciente internado na rede pública. O que queremos é ouvir o usuário para contribuir na fiscalização, punir irregularidades, identificar o que precisa ser melhorado e premiar quem atende bem à população.

Sabemos que novas unidades de saúde para cobrir o acesso tão desigual são fundamentais. Mas a alma de um bom serviço de saúde são seus profissionais. Projeto do Ministério da Saúde com hospitais brasileiros de excelência para capacitação e reorganização do atendimento a infarto nas urgências e emergências do SUS foi mundialmente reconhecido pela Sociedade Internacional de Cardiologia. Temos mais médicos, mais qualificados e mais perto de onde a população precisa é essencial para darmos mais um passo na proteção e defesa da vida.

Alexandre Padilha, médico, é ministro da Saúde.

# GAZETA DO POVO

GASPARi

## Uma trinca do escracho

30 MAI 2012



O que aconteceu no dia 26 de abril no escritório de Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça, da Defesa, e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal? Certo mesmo só que lá se encontraram Lula, o ministro Gilmar Mendes e o dono da casa. Os repórteres Rodrigo Rangel e Otávio Cabral revelaram a lembrança de Mendes. Coisa tenebrosa. Lula recomendou que se adiasse o julgamento do mensalão: "É inconveniente julgar esse processo agora", e contou que estava caituando votos da Corte. Cármen Lúcia? "Vou falar com o Pertence para cuidar dela." Referia-se ao ex-ministro Sepúlveda Pertence, por coincidência presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência. Dias Toffoli? "Ele tem de participar do julgamento." (O ministro, como ex-Advogado-Geral da União, poderia dar-se por impedido.) Ricardo Lewandowski? "Ele só iria apresentar o relatório no semestre que vem, mas está sofrendo muita pressão." Joaquim Barbosa: "Complexado." Finalmente, Lula prensou Mendes com uma pergunta. "É a viagem a Berlim?" Por trás da curiosidade estava a maledicência de que o ministro fizera uma viagem a Berlim com o senador Demóstenes Torres e parte do paganiini por conta de Carlinhos Cachoeira. O ministro rebateu a insinuação e dobrou a aposta: "Vá fundo na CPL."

O repórter Jorge Bastos Moreno ouviu a narrativa de Jobim: "Não houve nada disso." Ele contou que o encontro ocorreu por acaso, durou cerca de uma hora, e em nenhum momento os dois estiveram a sós. Dias depois, corrigiu-se e disse que marcou o encontro a pedido de Lula. O ex-

presidente, por intermédio de sua assessoria, contestou, indignado, a reconstrução de Gilmar Mendes.

Alguém está mentindo. Ou mente Gilmar, ou mentem Lula e Jobim.

Pela narrativa de Gilmar, "Fiquei perplexo com o comportamento e as insinuações despropositadas do presidente Lula". O ministro conta que narrou o episódio ao presidente da Corte, Carlos Ayres Britto, na quarta-feira da semana passada, 27 dias depois do ocorrido. Infelizmente, ambos mantiveram-no restrito ao mundo de confidências que alimentam a nobiliarquia de Brasília.

Se a narrativa de Gilmar é verdadeira, o escracho começou na própria conversa. Nem Lula poderia ter dito o que disse, nem Gilmar poderia ter ouvido. Sua perplexidade diante das "insinuações despropositadas" deveria ter sido expressa no ato. A comunicação do ocorrido ao ministro Ayres Britto deveria ter desencadeado uma imediata iniciativa pública.

**CONTINUA**

# 30 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

A essa altura era Britto quem não poderia ter ouvido o que Gilmar lhe contou. O cargo em que está investido recomendava que pedisse ao colega que narrasse o episódio na sala de sessões da Corte, ao vivo e em cores, como já fez o ministro Joaquim Barbosa quando julgou impertinente um telefonema que lhe dera um ex-ministro da Casa, advogando um caso milionário. Nessa ocasião, Barbosa começou a construir sua fama de intratável. Um Supremo Tribunal Federal com onze juízes intratáveis jamais acabaria metido numa história dessas.

P. S. A memória exige o registro de que em 2008 o ministro Gilmar Mendes, presidindo o STF, denunciou um "estado policialesco" a partir da leitura do que seria a transcrição de uma conversa que tivera com o senador Demóstenes Torres. Até hoje não apareceu o áudio desse grampo.

30 MAI 2012

GAZETA DO POVO



» MENSALÃO

# PT e Gilmar Mendes trocam acusações

**"Portanto, militância do PT, vamos ficar atentos, vamos desbaratar mais essa manobra daqueles que querem desmoralizar o PT, o presidente Lula, com nítidos objetivos eleitoreiros também."**

Rui Falcão, presidente do PT.

**"Não viajei em jatinho coisa nenhuma. Vamos parar com fofoca. A gente está lidando com gângsters. Vamos deixar claro: estamos lidando com bandidos que ficam plantando essas informações."**

Gilmar Mendes, ministro do STF.

Em defesa de Lula, Rui Falcão convoca petistas para "desbaratar" episódio narrado pelo ministro do STF, que acusa o ex-presidente de divulgar intrigas contra ele

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e petistas passaram o dia de ontem trocando acusações. Em reportagem da revista *Veja* do último domingo, o ministro afirmou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou influenciar Mendes a adiar o julgamento do mensalão. Em troca, o presidente teria oferecido apoio de aliados para blindar o ministro na CPI do Cachoeira.

Em um vídeo de dois minutos, o presidente do PT, Rui Falcão, pediu união da militância petista para "desbaratar" o episódio narrado por Mendes, que classificou como uma manobra da oposição para tirar o foco da possível convocação do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB),

pela CPI do Cachoeira. Falcão diz que Perillo estaria "envolvido em graves denúncias de participar da organização criminosa".

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), também saiu em defesa de Lula e fez ataques a Mendes. "Eu não acredito que o presidente Lula tenha expressado ou tratado o assunto como foi relatado pelo ministro. Eu tenho dúvidas sobre o comportamento do ministro que só veio tratar disso um mês após a reunião", afirmou Maia.

## Ministro

Do outro lado dessa discussão, Gilmar Mendes também partiu para o ataque. O ministro afirmou que o ex-presidente Lula seria a "central de divulgação" de intrigas contra ele e que a tentativa de envolver seu nome no esquema do empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, tem como objetivo "constranger o tribunal" para "melar o julgamento do mensalão".

"O objetivo [de ligar meu nome ao de Cachoeira] era melar o julgamento do mensalão. Dizer que o Judiciário está envolvido em uma rede de corrupção. Era isso. Tentaram

fazer isso com o Gurgel e estão tentando fazer isso agora", afirmou o ministro, fazendo referência às críticas recebidas pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, por ter segurado investigação, em 2009, sobre a relação entre Cachoeira e o senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO).

Visivelmente irritado e com o tom de voz alterado, Mendes disse que foi alvo de "gângsters", "chantagistas" e "bandidos", que estavam "vazando" informações sobre um encontro que teve com o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), em Berlim. A viagem teria acontecido após Cachoeira disponibilizar um avião ao senador.

"Não viajei em jatinho coisa nenhuma. Vamos parar com fofoca. A gente está lidando com gângsters. Vamos deixar claro: estamos lidando com bandidos que ficam plantando essas informações", disse o ministro, que apresentou notas e cópias de suas passagens aéreas emitidas na TAM pelo Supremo Tribunal Federal.

O ministro disse que nunca voou em avião de Cachoeira, mas que por duas vezes viajou em aeronaves cedidas pelo senador Demóstenes. As duas viagens, segundo Mendes, foram de Brasília para Goiânia e realizadas em aviões de empresas de táxi aéreo.

30 MAI 2012

GAZETA DO POVO

**Missa de 7º Dia**

A família de

**ADILSON TEIXEIRA COSTA**

convida para a Missa de 7º Dia a realizar-se às **19h00 de hoje**,  
do dia **30**, na Paróquia São Pedro e São Paulo,  
na Rua Theodoro Gbur, 528, Tingüí, Curitiba / PR

30 MAI 2012

# GAZETA DO POVO

## TC destrava licitação do radar

Tribunal de Contas revoga liminar que paralisava o processo de escolha da nova fornecedora de equipamentos de fiscalização de trânsito

Hellberton Cesca

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná determinou o cancelamento da liminar que suspendia a licitação da prefeitura de Curitiba para a compra de radares e outros aparelhos de fiscalização de trânsito desde março. Com isso, o consórcio Iessa Indra Velsis deve ser confirmado como vencedor. A escolha da nova fornecedora dos equipamentos enfrentava questionamentos desde o início do ano. Além do TC, uma liminar da 3.ª Vara da Fazenda Pública também chegou a paralisar a licitação por cerca de um mês, mas essa decisão foi cassada pela própria Justiça em fevereiro deste ano.

Com uma proposta de R\$ 27,4 milhões, o consórcio Iessa Indra Velsis apresentou o menor preço, um pouco menor que o valor máximo da licitação de R\$ 28,3 milhões. A abertura dos envelopes com as propostas financeiras aconteceu no fim de janeiro. O processo licitatório prevê a compra e instalação de radares e lombadas eletrônicas em pelo menos 232 pontos da cidade.

O conselheiro Nestor Baptista disse no processo do TC que foi convencido pelos argumentos da prefeitura a

liberar a licitação. A suspensão havia sido baseada em dois questionamentos apresentados por uma das concorrentes, a empresa Splice Indústria, Comércio e Serviços: restrição à competitividade em razão da exigência de equipamentos não intrusivos ao pavimento e baseados na tecnologia laser ou Doppler e a escolha do tipo licitatório menor preço.

"A administração [prefeitura] apresentou justificativas técnicas plausíveis para a exigência de que os equipamentos a serem adquiridos sejam não intrusivos (...) Ademais, o fato de quatro empresas terem apresentado propostas na licitação é fato que enfraquece o argumento da representante, de que teria havido restrição à competitividade", afirmou Baptista em seu relatório.

### Consilux

Ele ainda argumentou que, apesar de isso não ter sido citado na defesa da prefeitura, a indenização do equipamento pago pela prefeitura à Consilux, empresa que te-

ve o contrato rompido no ano passado, é um fato a mais para dar continuidade à licitação. "Esses gastos continuarão a ser feitos enquanto não se ultimarem a licitação e a posterior aquisição dos equipamentos necessários."

Até a metade de abril, a prefeitura de Curitiba já havia pago R\$ 8,7 milhões à Consilux pelo uso dos equipamentos e de mão de obra especializada para a operação do sistema depois de rescindir unilateralmente o contrato com a empresa, em março do ano passado, depois de uma reportagem do programa Fantástico, da Rede Globo.

A empresa foi citada em denúncia de fraude em radares. Na época, a prefeitura pagou uma indenização por lucro cessante de R\$ 76.751,80 e R\$ 981.311,83 por serviços de manutenção remanescentes. Outros R\$ 6.595.624,59 seriam repassados em parcelas até o fim do contrato, que tinha validade até fevereiro de 2012.

## COLUNA DOS LEITORES

### Novo conselheiro do TC 1

Os conselheiros do Tribunal de Contas (TC) deveriam ser escolhidos pela comunidade e não pelos governantes, que colocam no TC pessoas do seu relacionamento e que no futuro irão simplesmente aprovar as suas contas. Apesar de ser legal, essa atitude é imoral.

Luiz Fanchin Jr

### Novo conselheiro do TC 2

O Tribunal de Contas está se tornando apenas um órgão decorativo, pois se um governador pode indicar um político que já foi membro do Executivo, qual será a isenção desse conselheiro dentro de um tribunal que tem, justamente, a função de fiscalizar e auditar as contas do Estado?

Hélio Takefumi Mori, engenheiro civil

# GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA 30 MAI 2012

## Feira do livro

A CCJ da Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem projeto (209/2012) do Tribunal de Justiça (TJ) que garante R\$ 3 mil anuais aos magistrados para "reembolso financeiro para aquisição de livros, softwares e materiais jurídicos". Os deputados Tadeu Veneri (PT) e Edson Praczyk (PRB) votaram contra a proposta, por entenderem que é inconstitucional que dinheiro público banque a compra de bens que serão de propriedade dos magistrados. Já o peemedebista Cálto Quintana adiantou que apresentará uma emenda em plenário assegurando que o material adquirido com essa verba passe a integrar, obrigatoriamente, o acervo do Poder Judiciário.

30 MAI 2012

GAZETA DO POVO

# MP investiga serviços da TIM no Paraná

Promotoria do estado não descarta entrar na Justiça para impedir a venda de novas linhas pela operadora

*Breno Baldrati*

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) instaurou um inquérito civil para investigar os problemas na qualidade dos serviços prestados pela TIM no estado. O órgão não descarta a possibilidade de requerer na Justiça o impedimento da venda de novas linhas pela operadora, segundo comunicado do promotor de Justiça Maximiliano Ribeiro Deliberador.

A investigação teve início após o promotor perceber um aumento no número de reclamações dos clientes da TIM em fóruns da internet, de acordo com a assessoria de imprensa do MP. A Anatel terá dez dias, a partir do momento em que for notificada — provavelmente hoje —, para entregar um relatório detalhado com os números da fiscalização de qualidade realizado mensalmente com as operadoras.

Os dados disponíveis no site da agência reguladora mostram que a TIM cumpre os requisitos mínimos exigidos (veja no gráfico). A coleta dos dados é feita por amostragem.

"A Anatel ainda terá de informar se a TIM tem atendido aos prazos determinados pela agência para a realização

da ampliação de sua rede de prestação de serviço móvel e se a infraestrutura destinada à prestação deste serviço está adequada às exigências da agência reguladora, considerando, especialmente, os níveis de falhas, quedas de chamadas e ausências de sinal", afirma nota do MP-PR.

O Ministério Público também solicitou que o Procon-PR apresente um relatório com as reclamações e os procedimentos instaurados contra a operadora nos últimos três anos.

## **Mercado**

A TIM tem hoje 48,9% de participação de mercado no Paraná, estado em que apresenta a maior liderança sobre as concorrentes. Vivo e Claro têm 19,6% e 19,1%, respectivamente. A empresa foi a primeira a estabelecer ligações de R\$ 0,25 entre aparelhos de planos pré-pagos da operadora, promoção que teve grande sucesso de público. Para alguns especialistas, o crescimento no número de clientes e o consequente aumento no uso dos serviços de voz e dados seriam os motivos dos problemas enfrentados pela empresa.

No ano passado, no Ceará, em duas ocasiões a operadora foi proibida de vender novas linhas e de fazer a portabilidade numérica de clientes de terceiros. Caso semelhante ocorreu em fevereiro deste ano em Pernambuco. Um juiz do estado proibiu a venda de novas linhas por 30 dias. A operadora recorreu da liminar e voltou a comercializar seus serviços duas semanas depois.

FOLHA DE S. PAULO

# Lula quer 30 MAI 2012 'melar' julgamento do mensalão, afirma Mendes

Ministro diz que ex-presidente fomenta intrigas para constranger Supremo

**Gilmar Mendes nega ter viajado às custas de Cachoeira e diz que 'gângsteres' espalham rumores contra ele**

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes afirmou ontem que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fomentou intrigas contra ele para constranger o tribunal e tentar "melar" o julgamento do mensalão, previsto para ocorrer neste ano.

Mendes disse que Lula agiu como uma "central de divulgação" de informações sobre sua ligação com o senador Demóstenes Torres (ex-DEMGO) e o empresário Carlos Cachoeira, acusado de chefiar um esquema de corrupção.

"O objetivo era melar o julgamento do mensalão", afirmou Mendes, ao chegar para uma sessão do STF. "Dizer que o Judiciário está envolvido numa rede de corrupção."

As declarações de Mendes elevam o tom de seu confronto com Lula, iniciado no fim de semana com a revelação pela revista "Veja" de um encontro que eles tiveram em abril no escritório do ex-ministro do STF Nelson Jobim.

Segundo Mendes, o ex-presidente disse que o julgamento do mensalão deveria ser adiado para depois das eleições deste ano e sugeriu que poderia garantir proteção na CPI que investiga Cachoeira.

Em nota na segunda-feira, Lula se disse "indignado" com a versão de Mendes, que não foi corroborada por Jobim. A assessoria do ex-presidente disse ontem que não se manifestaria sobre as novas declarações de Mendes.

O ministro do STF disse que as pressões para que o julgamento do mensalão seja adiado seguem uma "lógica burra, irresponsável, imbecil" e voltou a defender a realização do julgamento ainda neste semestre. "Nós vamos ficar desmoralizados se não o fizermos", afirmou.

## VIAGENS

Bastante irritado, Mendes negou ter viajado num avião arranjado por Cachoeira no ano passado, ao voltar de uma viagem a Berlim, "fofoca" que ele disse ter sido espalhada por "gângsteres" e que teria sido mencionada por Lula no encontro de abril.

"Não viajei em jatinho coisa nenhuma", disse Mendes. "Vamos parar com fofoca. A gente está lidando com gângsteres. Estamos lidando com bandidos que ficam plantando informações." O ministro foi até Granada, na Espanha, para participar de um congresso, e depois viajou para Berlim, onde viu sua filha, que mora na Alemanha, e encontrou-se com Demóstenes.

Mendes apresentou ontem comprovantes de que o Supremo pagou as passagens de ida e volta até Granada e que ele mesmo pagou a viagem entre Granada e Berlim.

Mendes afirmou também que nos últimos dois anos viajou duas vezes para Goiânia de carona em aviões arranjados por Demóstenes. "Eu poderia aceitar tranquilamente [as caronas]", disse. "Estava me relacionando com o senador que tinha o mais alto conceito na República."

Em depoimento ao Conselho de Ética do Senado, onde enfrenta processo de cassação, Demóstenes afirmou ontem que os dois viajaram em aviões comerciais e voltaram ao Brasil em vôos separados.

Segundo a **Folha** apurou, Mendes foi alertado nas últimas semanas de que o PT planejava usar a CPI do Cachoeira para reforçar a ligação de seu nome com o grupo de Cachoeira, acusando-o de ter trabalhado para que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, segurasse uma investigação sobre a atuação de Demóstenes em 2009.

**CONTINUA**

# 30 MAI 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Mendes criticou a imprensa. "É a uma rede de intrigas que vocês se prestam", afirmou. "A Folha mesmo virou caixa de ressonância disso."

Em abril, o jornal publicou uma reportagem sobre uma das conversas telefônicas de Demóstenes com Cachoeira que foram gravadas pela Polícia Federal, em que eles festejam uma decisão de Mendes que deu andamento a uma ação de interesse da Celg (Centrais Elétricas de Goiás).

"Tudo seria normal se não aparecesse isso numa conversa entre Demóstenes e Cachoeira", disse Mendes ontem.

### CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 MAI 2012

## FAÇA NO PESCOÇO

Gilmar Mendes acusa Lula de tentar influenciar julgamento do mensalão



### DECLARAÇÕES

“ [Pressão é fruto de] lógica burra, irresponsável e imbecil

GILMAR MENDES, ministro do STF

“ Meu sentimento é de indignação. Indiquei oito ministros ao STF e nenhum deles pode registrar qualquer pressão minha em favor de quem quer que seja

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA, ex-presidente

“ Vamos desbaratar mais uma manobra daqueles que querem desmoralizar o PT e o presidente Lula, com nítidos objetivos eleitoreiros

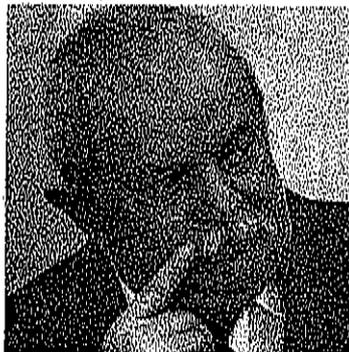
RUI FALCÃO, presidente do PT



### ENTENDA O CASO

#### O ENCONTRO

O ministro Gilmar Mendes diz que Lula o procurou oferecendo ajuda na CPI do Cachoeira em troca do adiamento do julgamento do mensalão. O encontro ocorreu em 26.abr, no escritório de Nelson Jobim



#### A INSINUAÇÃO

Lula teria dito ao ministro que seria inconveniente julgar o processo agora e ofereceu proteção na CPI do Cachoeira, que pode investigar as relações de Mendes com o senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO)



### MINISTRO DIZ QUE O PT USARÁ CPI PARA ATACÁ-LO

#### 1 Alemanha

Mendes foi para Berlim, onde viu sua filha, e encontrou-se com Demóstenes. O ministro apresentou comprovantes de que ele mesmo pagou a viagem

#### 2 Vegas

O ministro teria atuado junto à Procuradoria-Geral da República para suspender a operação Vegas, da PF, que investigou Cachoeira

#### 3 Araponga

Mendes foi alertado de que petistas planejavam ligar seu nome a araponga Jairo Martins, que já trabalhou com o grupo de Cachoeira

# FOLHA DE S. PAULO PT convoca militantes a defender Lula de 'manobra'

Rui Falcão associa Mendes a ação  
para 'desmoralizar' ex-presidente

30 MAI 2012

**Marco Maia afirma que não acredita no relato do ministro, segundo quem Lula pediu para adiar julgamento**

O presidente do PT, Rui Falcão, conclamou a militância do partido a "ficar atenta" e associou o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), a uma suposta manobra para desmoralizar a sigla e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em vídeo divulgado ontem na internet, o dirigente diz que o relato de Mendes sobre a conversa em que Lula teria pedido apoio para adiar o julgamento dos réus do mensalão "já foi desmentido".

O ex-presidente afirmou que a versão do magistrado é "inverídica" e negou intenção de interferir no tribunal.

Na gravação, Falcão diz: "A militância do PT precisa estar atenta às manobras que transcorrem nesse momento tentando comprometer o presidente Lula com um encontro com o ministro do Supremo Gilmar Mendes, numa conversa já desmentida pelo Nelson Jobim, também ex-ministro do Supremo."

"A quem interessa envolver o presidente Lula nesse tipo de conversa cujo conteúdo já foi desmentido pelo presidente, com muita indignação, e também pelo ex-ministro Nelson Jobim?", afirma.

Na mensagem, dirigida a ativistas das redes sociais, Falcão orientou a militância a sair em defesa de Lula.

"Vamos ficar atentos, vamos desbaratar mais uma manobra daqueles que querem desmoralizar o PT e o presidente Lula, com nítidos objetivos eleitoreiros."

O dirigente associou a divulgação do diálogo à possibilidade de o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), ser convocado pela CPL.

O presidente do PT em São Paulo, Edinho Silva, também defendeu a versão de Lula, mas pediu que os colegas de partido evitem rebater as declarações de Mendes.

"Essa agenda não interessa ao PT. Só interessa à oposição e a quem quer partidariar o julgamento da crise de 2005", afirmou, referindo-se ao mensalão.

## 'DÚVIDAS'

O presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), afirmou ter "dúvidas" sobre Mendes e disse não acreditar em seu relato sobre a conversa com Lula.

"Eu não acredito que o presidente Lula tenha expressado ou tratado o assunto como foi relatado pelo ministro. Eu tenho dúvidas sobre o comportamento do ministro, que só veio tratar disso um mês após a reunião", disse.

A **Folha** ouviu advogados de sete dos principais réus do mensalão. Cinco deles disseram que o acirramento dos ânimos só traz prejuízos aos clientes. Eles manifestaram desconfiança sobre a versão de Mendes para o diálogo.

CONTINUA

VALDO CRUZ  
ANÁLISE

Para ministros do STF, tanto petista como Mendes erraram

Um encontro em nada recomendável, da parte de ambos os lados, diante da conjuntura que cerca o Supremo Tribunal Federal no ano de julgamento do mensalão.

Tal comentário circula no STF em reprovação à iniciativa de Lula e de Gilmar Mendes de se reunirem no escritório de Nelson Jobim.

O ex-presidente, com interesses diretos no julgamento, deveria ter calculado melhor os riscos políticos de tal encontro. Deu no que deu, o tiro saiu pela culatra, seja lá o que tenha dito ao ministro.

Da parte de Gilmar Mendes, ele sabia muito bem que, ao aceitar trocar um dedo de prosa com Lula, o tema mensalão seria posto na mesa. A prudência recomendaria evitar tal abordagem, o que implicaria recusar o encontro.

Lula e Gilmar Mendes, porém, decidiram se encontrar em abril. Nenhum dos dois é neófito na política. Muito pelo contrário, conhecem de perto como manobrar o campo das intrigas brasilienses.

Sabem, muito bem, que ninguém solicita e vai a um encontro desses sem interesses particulares e específicos no colóquio. E que, se revelado, gera muito dissabor.

Ainda mais quando um dos personagens decide usá-lo como vacina por se sentir acuado por aliados da outra parte: Gilmar Mendes tem reclamado de rumores divulgados contra ele por petistas.

O episódio virou uma guerra de versões. Talvez nunca saibamos exatamente como o mensalão foi servido no encontro. Mas que foi servido, isso foi. Daí a reprovação de ministros do STF ao fato.

Não que os membros da corte devam viver isolados do mundo. Mas há temas que demandam total reserva e cautela. Tanto da parte do interessado como do julgador.

### POLÊMICA NO STF

O que os ministros pensam sobre as acusações de Gilmar Mendes a Lula



**MINISTRO Gilmar Mendes**  
INDICADO POR FHC

“Nós vamos ficar desmoralizados se não o fizermos [julgar o mensalão]. Por isso essa pressão para que o tribunal não julgue



**MINISTRO Carlos Ayres Britto**  
INDICADO POR Lula

“Ainda está para aparecer alguém que ponha uma faca no pescoço dos ministros do STF



**MINISTRO Marco Aurélio Mello**  
INDICADO POR Collor

“Não concebo uma tentativa de cooptação de um ministro. É algo inimaginável

**MINISTRO Ricardo Lewandowski**  
INDICADO POR Lula

O ministro, revisor do processo do mensalão, negou ter sofrido interferência do ex-presidente Lula no caso

**MINISTRO Celso de Mello**  
INDICADO POR Sarney

“Se ainda fosse presidente da República, esse comportamento seria passível de impeachment

### AINDA NÃO SE PRONUNCIARAM



**MINISTRA Cármen Lúcia**

INDICADA POR Lula



**MINISTRO Joaquim Barbosa**

INDICADO POR Lula



**MINISTRO Cezar Peluso**

INDICADO POR Lula



**MINISTRO Luiz Fux**

INDICADO POR Dilma



**MINISTRO Dias Toffoli**

INDICADO POR Lula



**MINISTRA Rosa Weber**

INDICADA POR Dilma

# FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

## Uma trinca do escracho

Lula, Gilmar Mendes e Jobim  
produziram uma situação  
escrachada, constrangedora  
para o Judiciário

30 MAI 2012

O QUE aconteceu no dia 26 de abril no escritório de Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça, da Defesa, e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal? Certo mesmo, só que lá se encontraram Lula, o ministro Gilmar Mendes e o dono da casa.

Os repórteres Rodrigo Rangel e Otávio Cabral revelaram a lembrança de Mendes. Coisa tenebrosa. Lula recomendou que se adiasse o julgamento do mensalão: "É inconveniente julgar esse processo agora" e contou que estava caitituando votos da corte.

Cármen Lúcia? "Vou falar com o Pertence para cuidar dela." Referia-se ao ex-ministro Sepúlveda Pertence, por coincidência, presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência. Dias Toffoli? "Ele tem de participar do julgamento." (O ministro, como ex-advogado-geral da União, poderia dar-se por impedido.) Ricardo Lewandowski? "Ele só iria apresentar o relatório no semestre que vem, mas está sofrendo muita pressão."

Joaquim Barbosa: "Complexado." Finalmente, Lula prensou Mendes com uma pergunta. "E a viagem a Berlim?" Por trás da curiosidade estava a maledicência de que o ministro fizera uma viagem a Berlim com o senador Demóstenes Torres e parte do paganiini por conta de Carlinhos Cachoeira. O ministro rebateu a insinuação e dobrou a aposta: "Vá fundo na CPI".

O repórter Jorge Bastos Moreno ouviu a narrativa de Jobim: "Não houve nada disso". Ele contou que o encontro ocorreu por acaso, durou

cerca de uma hora, e em nenhum momento os dois estiveram a sós. Dias depois, corrigiu-se e disse que marcou o encontro a pedido de Lula. O ex-presidente, por intermédio de sua assessoria, contestou, indignado, a reconstrução de Gilmar Mendes.

Alguém está mentindo. Ou mente Gilmar ou mentem Lula e Jobim.

Pela narrativa de Gilmar, "fiquei perplexo com o comportamento e as insinuações despropositadas do presidente Lula". O ministro conta que narrou o episódio ao presidente da corte, Carlos Ayres Britto, na quarta-feira da semana passada, 27 dias depois do ocorrido. Infelizmente, ambos mantiveram-no restrito ao mundo de confidências que alimentam a nobiliarquia de Brasília.

Se a narrativa de Mendes é verdadeira, o escracho começou na própria conversa. Nem Lula poderia ter dito o que disse nem Mendes poderia ter ouvido. Sua perplexidade diante das "insinuações despropositadas" deveria ter sido expressa no ato.

A comunicação do ocorrido ao ministro Ayres Britto deveria ter desencadeado uma imediata iniciativa pública. A essa altura, era Britto quem não poderia ter ouvido o que Mendes lhe contou. O cargo em que está investido recomendava que pedisse ao colega que narrasse o episódio na sala de sessões da corte, ao vivo e a cores, como já fez o ministro Joaquim Barbosa quando julgou impertinente um telefonema que lhe dera um ex-ministro da Casa, advogando um caso milionário.

Nessa ocasião, Barbosa começou a construir sua fama de intratável. Um Supremo Tribunal Federal com 11 juízes intratáveis jamais acabaria metido numa história dessas.

P.S.: A memória exige o registro de que, em 2008, o ministro Gilmar Mendes, presidindo o STF, denunciou um "Estado policalesco" a partir da leitura do que seria a transcrição de conversa que tivera com o senador Demóstenes Torres. Até hoje não apareceu o áudio desse grampo.

30 MAI 2012  
FOLHA DE S. PAULO  
FERNANDO RODRIGUES

## Um novo manual do crime

**BRASÍLIA** - "Fui investigado clandestinamente", disse ontem Demóstenes Torres ao depor no Conselho de Ética do Senado.

Trata-se de uma referência oblíqua à decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a validade das provas coletadas contra Demóstenes. Sob o aspecto institucional do país, essa decisão será talvez a mais relevante do atual escândalo.

Como senador, Demóstenes tem direito ao execrável foro privilegiado. Não pode ser investigado sem autorização do STF. Nos últimos cerca de dois anos, a Polícia Federal investigou Carlinhos Cachoeira. Com chancela da Justiça, telefones foram monitorados. A voz de Demóstenes surgiu em centenas de ligações.

O senador, agora encrencado, foi alvo indireto do trabalho da PF. Por causa do direito ao tal foro privilegiado, argumenta que as provas são ilegais. Tudo deveria ter sido interrompido quando sua voz foi captada nas conversas de Cachoeira.

A PF e o Ministério Público usam

o argumento do encontro fortuito. O investigado Cachoeira telefonou para Demóstenes. O senador, de fato, caiu no grampo, mas não era o alvo da investigação. Não haveria razão para interromper o inquérito.

Caberá ao STF julgar. Se vencer a tese de Demóstenes, o processo inteiro vai para o lixo. Por tabela, todos os réus saem livres. Um novo manual do crime será lançado.

Nesse novo contexto, o criminoso potencial deve antes de tudo comprar um celular. Depois, dá um jeito de ser atendido ao telefone com regularidade por um dos 513 deputados ou dos 81 senadores. Tarefa fácil. Muitos congressistas têm compulsão por tais contatos.

O criminoso então estará automaticamente blindado. Se for grampeado pela polícia, argumentará que tudo foi ilegal, pois um congressista estava no meio da conversa.

Ficará fácil retardar e obstruir o trabalho da Justiça. O crime organizado, penhorado, agradecerá.

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Viva voz

30 MAI 2012

Sem alarde, a CPI do Cachoeira requisitou ontem à Polícia Federal as transcrições de todos os diálogos envolvendo personagens com foro privilegiado captados nas operações Vegas e Monte Carlo. A iniciativa, subscrita pelos deputados Cândido Vaccarezza e Paulo Teixeira, é interpretada por integrantes da comissão como uma investida do PT para constranger Gilmar Mendes.

Em resposta às declarações do ministro do STF, que revelou pedido de Lula para adiar o julgamento do mensalão, petistas o elegeram como novo alvo das investigações. Fazem circular que o aumento do tom de sua reação contra o ex-presidente seria uma "vacina".

30 MAI 2012  
FOLHA DE S. PAULO  
HÉLIO SCHWARTSMAN

## Coerência penal

**SÃO PAULO** - Tenho gostado do trabalho da comissão de juristas encarregada de propor um novo Código Penal. Embora eu discorde de muitas das sugestões, é preciso reconhecer que os notáveis, à parte a tarefa hercúlea de resgatar um pouco da coerência interna dessa peça legislativa, têm conseguido introduzir inovações importantes, especialmente em temas que os parlamentares preferem não abordar.

Meu receio é justamente o de que o Congresso vote a maioria das propostas, ou, pior, distinga entre as boas e as ruins e só aprove as últimas. Deixemos, porém, os trâmites legislativos para uma outra ocasião.

Voltando à comissão, ela acaba de sugerir que compra, guarda, porte e plantio de qualquer tipo de droga para uso próprio deixem de ser crime. Em grandes linhas, apenas o tráfico continuaria sendo um delito.

A proposta faz sentido em termos táticos. Se já é improvável que até isso passe, pensar em legalização, com produção em fábricas e cobrança de

impostos, torna-se uma utopia. Mas o interessante do projeto é que ele mostra os limites de uma política que visa apenas à descriminalização.

Se não é proibido comprar estupefacientes, como justificar que a venda o seja? O dono de uma fazenda que cobra entrada e permite que pessoas colham plantas nativas e fungos alucinógenos é um traficante?

Se o apreciador de Cannabis pode cultivar um pé de maconha para consumo próprio, o usuário de ecstasy pode, por analogia, reivindicar o direito de manter no fundo do quintal um laboratório para sintetizar pequenas quantidades da droga.

Admito que a ideia de que alguém possa lucrar explorando o vício e a ruína alheios é repulsiva. Mas, se queremos uma política de drogas que pare em pé, devemos abandonar nossos vieses mentais e hipocrisias e defender a legalização. Na verdade, convivemos bem com ela no caso do álcool e dos cigarros. A única coisa que muda é a substância.

# FOLHA DE S. PAULO

MARCELO DAYRELL

## A laqueadura forçada de Maria e a defensoria

Deficiente mental, ela perdeu a guarda de 5 filhos. Engravidou do 6º, de um estranho. Teve os direitos violados quando, após o parto, foi direto à laqueadura

30 MAI 2012

No caso aqui apresentado, pode-se verificar a violência ilegítima perpetrada pelo Estado brasileiro.

É um exemplo da violação sistemática aos direitos das pessoas necessitadas praticada rotineiramente na Justiça estadual por juízes, promotores, advogados e até psicólogos e assistentes sociais.

Maria (para preservá-la, uso um nome fictício), 30 anos, mora na Baixada Santista e possui alguma deficiência mental (não se sabe exatamente qual) há vários anos.

Teve três filhos na juventude, com um companheiro já falecido. Ela não cuidava deles de forma adequada, possivelmente em decorrência do seu quadro psíquico.

Assim, em 1998 foi instaurado um "pedido de providências" na Justiça da Infância e da Juventude. A guarda dos três filhos foi dada a parentes do seu finado companheiro.

Maria está hoje em um novo relacionamento, com José, que tem um transtorno mental moderado.

Tiveram dois novos filhos, que são criados pela mãe de Maria, após outra decisão judicial recente.

Em uma das suas fugas de casa, Maria manteve relações sexuais com um homem desconhecido. Engravidou novamente.

O fato de o pai ser um estranho nunca foi um problema para Maria ou mesmo para José. Na verdade, eles logo informaram a gravidez às equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) e do Judiciário.

Apesar de já ser a sexta gravidez, Maria sempre se opôs a qualquer cirurgia para cessar sua fertilidade. Aliás, ela e José sempre interrompem o acompanhamento médico e psicológico ofertado, não mantendo nem a terapia medicamentosa prescrita.

Em 16 de julho de 2011, houve o parto. Após ele, a equipe técnica do Poder Judiciário e do serviço social do único hospital local discutiram, com o Creas e o Caps, a possibilidade de realizar uma laqueadura sem a aquiescência de Maria ou José.

Combinaram que sim. Manteve-se a internação além do tempo necessário pós-parto. Maria foi submetida a uma única consulta. A médica elaborou um laudo com o diagnóstico de retardo mental não especificado. Procuradas, as irmãs de Maria assinaram uma declaração concordando com a laqueadura.

A assistente social e a psicóloga judiciária foram levar o caso ao promotor de Justiça da Infância e da Juventude, para convencê-lo a opinar a favor à laqueadura forçada.

Mas ele afirmou que a competência para a autorização da laqueadura compulsória não era do juiz da Infância e Juventude. Salientou que Maria nunca tinha sido ouvida como parte e que ela não era interdita —suas irmãs teriam primeiro então de propor sua interdição civil.

O juiz da Infância e da Juventude estava licenciado no dia. A decisão ficou a cargo do seu substituto, que rejeitou o parecer e ordenou a laqueadura compulsória. O Ministério Público só ficou sabendo do procedimento após a sua realização.

A partir do "sucesso" desse caso, abriu-se um precedente. A rede socioassistencial do município passou a procurar outros casos de famílias em idade fértil sem histórico de cuidado com os seus filhos.

O argumento utilizado para a realização da laqueadura compulsória sempre foi a necessidade de evitar a concepção de outras crianças.

Diversas discussões caberiam sobre a violação de direitos ocorrida: direito sexuais e reprodutivos, direito ao planejamento familiar, presunção da capacidade civil das pessoas,

direito à integridade corporal, direito à saúde, direito à liberdade etc.

Porém, nenhum desses temas jamais foi trazido à baila. O motivo? Não havia quem defendesse os interesses de Maria.

Maria é uma necessitada de assistência jurídica integral. Seu caso demonstra a falta da implementação plena da Defensoria Pública.

Ainda que a defesa técnica não tivesse sucesso junto àquele juiz, poderia ter acionado a Corregedoria do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Regional de Psicologia, o Conselho Regional de Serviço Social ou até manejar a impetração de recursos judiciais para, ao menos, evitar que novos casos ocorram no município.

Mas nada disso aconteceu —e continuarão existindo novas Marias.

MARCELO DAYRELL, 30, é advogado pela USP com especialização em direitos humanos e em movimentos sociais. Coordenou o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de MG

# 30 MAI 2012

## METRO

### **Homem que matou vizinho continua preso**

**BARULHO.** O Tribunal de Justiça do Paraná manteve, ontem, por unanimidade de votos, a condenação de um homem que matou seu vizinho em Curitiba, em 2005.

Segundo a acusação, o criminoso estava fazendo uma festa, quando seu vizinho teria ido a sua casa para reclamar do barulho. O homem foi atacado por mais de 20 pessoas, com socos, pontapés, pedaços de pau e tijolos.

O acusado pedía a revisão de pena alegando que não teve a intenção de matar, mas a tese não foi aceita pelos desembargadores.

### **Justiça**

**LESÃO.** O STJ decidiu que a transmissão consciente do vírus HIV, causador da Aids, configura lesão corporal grave. Para os ministros, a alegação de que a vítima não manifestou sintomas da doença não afasta a lesão corporal.

30 MAI 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Cargos

Os deputados aprovaram ontem três projetos do Tribunal de Justiça. Um deles cria cargos efetivos na estrutura funcional da parte permanente do quadro de pessoal da Secretaria do TJ. De acordo com o projeto, serão criados 30 cargos de analista de sistemas, três de designer gráfico e 50 de técnico em computação na estrutura do quadro de servidores efetivos. O tribunal alega a necessidade de investir maciçamente na informatização de todas as Comarcas do Estado e acompanhar a aquisição de computadores e periféricos com a contratação de profissionais capacitados para desenvolver e operar os sistemas. Segundo o TJ, o Paraná desponta, hoje, com a maior quantidade de processos eletrônicos, tendo superado a marca de 800 feitos em meio digital.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Celular

# TIM

## 30 MAI 2012

# na mira do MP

Inquérito aberto pra apurar denúncias da queda de qualidade na prestação de serviços de telefonia e internet

**A** Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba instaurou inquérito civil público contra a TIM Celular S.A., para investigar denúncias relativas à queda de qualidade na prestação de serviços de telefonia celular e internet. A investigação foi aberta por causa da grande quantidade de consumidores reclamando em sites de problemas com o sinal da operadora, que é líder de mercado no Paraná, com 6,7 milhões de linhas (48,95% do total), segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Há relatos de clientes que ficaram até três dias com os celulares mudos.

"O Ministério Público (MP) não descarta a possibilidade de ajuizar ação civil pública requerendo que a Justiça determine que a TIM seja impedida de vender novas linhas enquanto não melhorar a qualidade do serviço prestado", adianta o promotor de Justiça, Maximiliano Ribeiro Deliberador.

### Relatórios

Segundo ele, há cerca de 20 dias representantes da TIM prestaram esclarecimentos sobre a falha na telefonia celular no dia 25 do mês passado e informaram que a empresa está de acordo com os padrões de qualidade, modernizando o sistema de rede do Paraná e registrou aumento no número de linhas e chamadas realizadas.

Para apurar melhor a situação, a promotoria pediu que, em 10 dias, a Anatel apresente os três últimos relatórios de fiscalizações na TIM e es-

clareça se os percentuais de interrupção das ligações na rede da operadora estão em patamares aceitáveis e informe os motivos das constantes quedas da transmissão após o completamento das chamadas. O MP também quer saber da Anatel se a TIM tem atendido aos prazos determinados para ampliar sua rede de prestação de serviço móvel e se a infraestrutura está adequada às exigências da agência reguladora.

Ao Procon estadual, a promotoria solicitou que apresente, também em 10 dias, o relatório estatístico das reclamações registradas contra a operadora nos últimos três anos e da atual situação destes procedimentos.

### Operadora tenta se explicar

Em nota, a TIM informa que "recentemente participou de reunião no Ministério Público, onde apresentou seu plano de expansão de rede e investimentos e reforçou seu compromisso de ter a satisfação dos clientes como prioridade. Em 2012, a operadora está investindo R\$ 95 milhões em infraestrutura no Estado, com o objetivo de modernizar seus equipamentos e ampliar ainda mais a capacidade de voz e dados no Paraná". A operadora informa que cobre 273 municípios paranaenses com a tecnologia GSM, alcançando 96,2% da população urbana.

## CORREIO PARANAENSE

### NOTA POLÍTICA 30 MAI 2012

#### **Aprovados novos cargos no TJ**

Os deputados aprovaram na sessão de ontem, em primeira discussão, três projetos de autoria do Tribunal de Justiça. Um deles cria cargos no quadro de pessoal. De acordo com o projeto do Judiciário serão criados 30 cargos de analista de sistemas, três cargos de designer gráfico e 50 cargos de técnico em computação.

# Transmissão consciente de vírus HIV é lesão corporal grave, diz STJ

Morador do Distrito Federal foi condenado a dois anos de reclusão por passar vírus. Ele disse que informou companheira na época do namoro, mas a vítima nega

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a transmissão consciente do vírus HIV, causador da Aids, configura lesão corporal grave. Com base no artigo 129 do Código Penal, que trata de ofensas à integridade corporal ou à saúde, o TJ condenou um morador de Cuiabá a dois anos de reclusão por transmitir o vírus para uma mulher com a qual teve um relacionamento. A decisão da 5ª turma do STJ é do dia 17 deste mês, mas foi divulgada ontem (29). Cabe recurso. O processo tramita em segredo de Justiça. De acordo com informações do processo, a mulher afirmou em depoimento que não sabia que o companheiro era portador do vírus e que ele a informou após uma discussão. Ela também disse que foi o homem que sugeriu que eles deixassem de usar preservativos. Para a ministra que relatou o caso no STJ, Laurita Vaz, a alegação de que a vítima não manifestou sintomas da Aids não afasta a configuração do delito lesão corporal grave. "É de notória sabença que o contaminado pelo vírus do HIV necessita de constante acompanhamento médico e de administração de remédios específicos, o que aumenta

as probabilidades de que a enfermidade permaneça assintomática. Porém, o tratamento não enseja a cura da moléstia", afirmou em seu voto, que foi aprovado por unanimidade pela 5ª turma.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOVO CP

30 MAI 2012

## Instituto da barganha vai permitir acordo com processo em curso para réu que confessar crime

A ideia de troca entre as partes envolvidas num processo, em que cada uma cede um pouco para uma finalidade maior, ganhou corpo e letra no projeto do novo Código Penal. A comissão de juristas que prepara o texto a ser apreciado pelo Congresso Nacional aprovou nesta segunda-feira (28) o instituto da barganha, que permitirá que um processo judicial já em curso possa ser encerrado por acordo entre as partes – acusador e acusado. A regra veda o regime inicial fechado.

Um dos requisitos para a barganha é a confissão, total ou parcial, em relação aos fatos imputados na denúncia. Além disso, as partes devem dispensar a produção de provas por elas indicadas. Por outro lado, a pena privativa de liberdade deve ser aplicada em não mais que

o mínimo legal – podendo ainda ser reduzida de um terço. Se houver pena de multa, esta também deve ser no mínimo, devendo o valor constar no acordo.

“Estamos pela primeira vez rompendo com o devido processo legal. Este instituto é revolucionário”, comemorou o relator do anteprojeto do novo Código Penal, procurador regional da República Luiz Carlos Gonçalves. Ele explica que crimes cuja pena seja de até oito anos, entese, admitiriam o acordo.

“As partes são adultas e capazes. Esta proposta dá poder às partes. A acusação, ao fazer um acordo, terá algo em mente; e a defesa, ao fazer o acordo, terá outras coisas. O importante é que haja uma convergência desses objetivos”, detalhou o relator.

## PEDRO WASHINGTON

### INTERVENÇÃO...

*A reação do ministro Gilmar Mendes, denunciante da suposta tentativa de Lula de chantageá-lo oferecendo em contrapartida a uma posição favorável adotada por ele no retardamento do julgamento do mensalão, uma amenizada no encontro que teve na Europa com o hoje execrado senador Demóstenes Torres, está sendo alvo da repulsa de vários ministros. Situação que vai render muito!*

### ...ABSURDA

*Pior ainda se confirmado que Lula já contatara outros ministros como José Dias Tofolli e Lewandowski, além de possível intervenção de Sepúlveda Pertence junto à ministra Carmem Lúcia. Um absurdo completo que merece a repulsa que outros ministros estão manifestando.*

30 MAI 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### TRF-4 mantém indisponíveis bens de construtora do Paraná

3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou recurso da Convia Empreendimentos viários e manteve seus bens indisponíveis. A empresa responde Ação de Improbidade Administrativa por suposto superfaturamento de obras da BR-158, trecho entre Coronel Vivida e Pato Branco, no Paraná. O acórdão é do dia 23 de maio.

O Ministério Público Federal ajuizou ação contra a Convia em abril de 2011, pedindo a decretação imediata, pela Justiça Federal de Pato Branco (PR), da indisponibilidade dos bens desta, como forma de garantia de pagamento ao Erário em caso de condenação judicial.

Segundo o MPF, a empresa era uma das prestadoras de serviço do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (Petse) e teria cobrado a mais pelos serviços feitos. O Programa foi criado pelo Ministério dos Transportes

em 2006, com o objetivo de restabelecer as condições de tráfego e segurança aos usuários das rodovias brasileiras. Foram contemplados com verbas 25 estados.

Após a concessão da liminar, que decretou a indisponibilidade dos bens, com exceção de apenas um imóvel utilizado como moradia, a Convia recorreu ao tribunal, pedindo a redução dos bens indisponibilizados, argumentando que não teria recebido integralmente os valores devidos pela execução do contrato.

O relator do processo na corte, desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, entendeu que os indícios de improbidade administrativa são fortes. "O provimento liminar visa acautelar o ressarcimento do valor correspondente ao superfaturamento da obra e a multa civil decorrente da conduta que se imputa aos réus", ponderou o magistrado.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## CARLOS EDUARDO DIPP SCHOENBAKLA

PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: O AFETO EM  
PROL DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.

30 MAI 2012

*A Constitucionalização do Direito de Família trouxe inúmeras benesses não só para as famílias não fundadas pelo casamento, mas também para os filhos tidos fora desta instituição.*

*Em razão desta grande transformação, o conceito de filiação foi objeto de modificações, considerando principalmente a evolução da medicina. Se antigamente precisávamos da presunção pater est it, hoje basta a realização do exame de DNA para que tenhamos a definição sobre a paternidade.*

*Embora a possibilidade do teste de DNA tenha revolucionado o direito de família, é certo também que as bases jurídicas da tutela das famílias, reconhecidas tanto pelo Código Civil de 2002 quanto pela Constituição Federal de 1988, são bem diferentes das verificadas na vigência do Código Civil de 1916.*

*Tais análises laboratoriais, antes tão esperadas para a constatação da origem genética, hoje não são em si suficientes à negação de laços afetivos estabelecidos nas entidades familiares; se o juiz antigamente, em ações de investigação de paternidade, clamava por escassos elementos convincentes acerca de verdades biológicas, o juiz atual, em que pese lhe seja entregue vasta tecnologia para bem desempenhar sua função judicante, muitas vezes deve afastar-se da verdade concreta e analisar a verdade socioafetiva, em prol do melhor interesse da criança.*

*No "novo" Direito de Família, é muito clara a diferença entre o vínculo parental fundado na hereditariedade biológica, e o estado de filiação derivado da relação socioafetiva construída entre pais e filhos – biológicos ou não –, dia a dia na convivência familiar, por meio do afeto.*

*Paulo Lôbo, de maneira pontual, leciona a este respeito: "A Constituição rompeu com os fundamentos da filiação na origem biológica e na legitimidade, quando igualou os filhos de qualquer origem, inclusive os gerados por outros pais. Do mesmo modo, o Código Civil de 2002 girou completamente da legitimidade e de sua presunção, em torno da qual a legislação anterior estabeleceu os requisitos da filiação, para a paternidade de qualquer origem, não a radicando mais e exclusivamente na origem genética. Portanto, a origem genética, por si só, não é suficiente para atribuir ou negar a paternidade, por força da interpretação sistemática do Código Civil e de sua conformidade com a Constituição".[1]*

*Desta forma, a paternidade atualmente deve ser considerada gênero do qual são espécies: a paternidade biológica e a socioafetiva, ambas com os mesmos efeitos jurídicos.*

*Atualmente, em conformidade com os princípios do Código Civil de 2002 e da Constituição Federal de 1988, o êxito em ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica, e também de que não tenha sido constituído o estado de filiação, fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificado na convivência familiar.*

*A prevalência do afeto encontra respaldo também no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial no princípio do melhor interesse da criança e da proteção integral, evidenciando a necessidade de referências paterna e materna para o completo desenvolvimento psíquico-social.*

*Compreendo-se, portanto, que o Superior Tribunal de Justiça, em recente decisão, tenha condenado um pai por abandono afetivo. Em seu voto, a ministra Nancy Andrighi, entendeu que "Amar é faculdade, cuidar é dever." E ainda destacou que o vínculo afetivo "é que deve ser buscado e mensurado, para garantir a proteção do filho quando o sentimento for tão tênue a ponto de não sustentar, por si só, a manutenção física e psíquica do filho, por seus pais – biológicos ou não".[2] Cabe agora ao Poder Judiciário, a difícil tarefa de harmonizar as evidências biológicas e o afeto nas relações familiares, sempre almejando garantir o bem estar, tanto do ponto de vista físico quanto emocional da criança.*

*\*Carlos Eduardo Dipp Schoenbakla, Professor de Direito de Família e Coordenador Adjunto do Curso de Direito das Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil*